PSICOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO

- Sob a vigilância do Grande Irmão: o adoecimento psíquico dos professores na era da *Business Intelligence*

Thiago Conrado Justo
Thalita Lacerda Nobre (orientadora)

Sob a vigilância do Grande Irmão: o adoecimento psíquico dos professores na era da *Business Intelligence*

Thiago Conrado Justo
Thalita Lacerda Nobre (orientadora)

RESUMO

Este trabalho se fundamenta na análise de Michel Foucault sobre a escola moderna como um mecanismo disciplinar que objetiva discursos e práticas disciplinares, influenciando os processos de subjetivação dos sujeitos conforme um regime de regras erigido pelas relações de saber-poder na sociedade moderna. Destaca-se que a escola, ao se configurar como um ambiente propício para a criação e aplicação de práticas discursivas disciplinares, tornou-se a principal instituição disciplinar, apesar da concepção moderna de autonomia intelectual. A pesquisa também analisa, a partir de referenciais teóricos da psicologia, a constituição da subjetividade. Além disso, filia-se à análise de Christophe Dejours para investigar os fatores que contribuem para o adoecimento psíquico dos professores da rede pública do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: escola; subjetividade; poder; adoecimento; docentes.

Thiago Conrado Justo - Psicólogo Clínico, Professor e Coordenador de Gestão Pedagógica. Licenciado em Filosofia (2011) e Bacharel em Psicologia (2017) pela Universidade Católica de Santos, Especialista em Ensino de Filosofia (2019) pela Universidade Federal de São Carlos e Mestrando em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Católica de Santos. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/6052611604328039

Thalita Lacerda Nobre - Psicóloga. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Católica de Santos. Líder do grupo interdisciplinar de estudos em Psicanálise e cultura (certificado pelo CNPq). Pós doutora em Psicologia clínica pela PUC-SP. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Pós Graduada em Gestão Estratégica em Recursos Humanos, em Psicologia Organizacional, Psicologia Social e Psicopedagogia clínica e institucional. Link do Lattes: https://lattes.cnpq.br/9645804359517048

ABSTRACT

This work is based on Michel Foucault's analysis of the modern school as a disciplinary mechanism that objectifies disciplinary discourses and practices, influencing the processes of subjectivation of subjects according to a regime of rules erected by knowledge-power relations in modern society. It is worth noting that the school, by configuring itself as a favorable environment for the creation and application of disciplinary discursive practices, became the main disciplinary institution, despite the modern conception of intellectual autonomy. The research also analyzes, based on theoretical references from psychology, the constitution of subjectivity. Furthermore, it aligns with Christophe Dejours' analysis to investigate the factors contributing to the psychological distress of teachers in the public school system of the State of São Paulo.

Keywords: *school; subjectivity; power; distress; teachers.*

INTRODUÇÃO

Em que medida a escola moderna, tal qual se efetivou, é um mecanismo disciplinar implicado na objetivação de discursos e práticas disciplinares e nos correspondentes processos de subjetivação dos sujeitos, segundo um regime de regras erigido desde os jogos de verdade estabelecidos por relações de saber-poder vigentes na sociedade moderna?

Esta indagação ganha corpo tendo em vista que a modernidade a um só tempo efetuara e se deparara com algumas transformações – destaca-se, aqui, o crescimento demográfico do século XVIII e a ampliação do sistema de produção (MACHADO, 1979, p. XVII) – e que todas as relações de saber-poder buscam ser o mais econômicas possíveis. Nesta economia da vida, as práticas discursivas disciplinares responderão à necessidade de organizar a massa, tornando cada sujeito dócil e útil para ser uma engrenagem eficiente da grande maquinaria produtiva moderna.

Ora, a escola seria o espaço ideal de promoção de um saber-poder que perpassaria toda a população, sequestrando as crianças e os jovens (e, até mesmo, os adultos que integram direta e indiretamente este corpo social) para discipliná-los às necessidades da economia da vida moderna. Não obstante, quando o sujeito, ao término do processo educacional, não se normalizasse, isto é, não se disciplinasse, haveria outras instituições (a prisão, o hospício, o hospital, etc.) que o capturariam para educá-lo à vida em sociedade.

Diante disso, não obstante outras instituições promotoras da instauração – e manutenção – da sociedade disciplinar; a escola figurou como a principal instituição disciplinar em razão dos fatores já expostos: ambiente propício para a criação e a aplicação de novas práticas discursivas, embrenhadas de saber e poder, as quais perpassariam a economia da vida dos indivíduos desde cedo, convertendo-os aos processos de subjetivação disciplinares.

Convém, portanto, localizar na escola moderna os principais objetivos do disciplinamento – treinar, adestrar, normalizar, etc. –, para verificar que, embora a narrativa moderna acerca da escola fosse de que esta seria a instituição promotora do ideal do esclarecimento – "[...] levar progressivamente o sujeito a um estado de autonomia ou emancipação libertária" (VEIGA-NETO, 2006, p. 7) –, esta instituição acabou instaurando-se "[...] como uma grande fábrica que fabricou - e continua fabricando - novas formas de vida" (VEIGA-NETO, 2003, p. 5). A saber: a vida disciplinarizada.

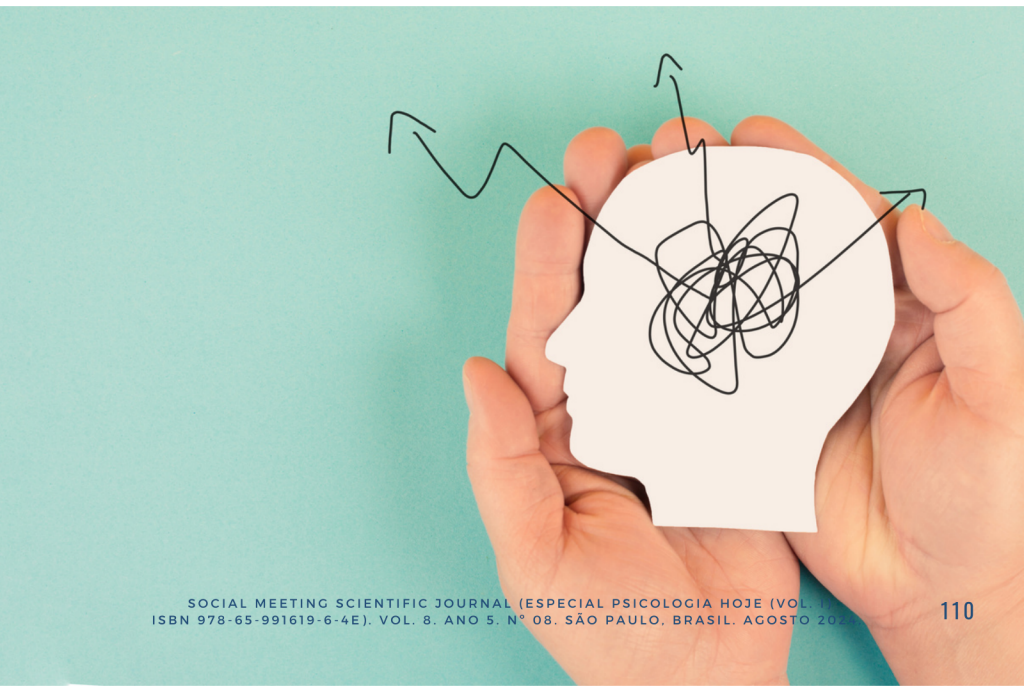
Na sequência, a presente pesquisa se debruça mais detidamente sobre a constituição da subjetividade e, para tanto, investiga as contribuições de Prado Filho e Martins (2007), que situam a subjetividade como resultado de processos de subjetivação imbricados em relações de poder e discursos sociais. A convergência dessas abordagens com as ideias de Michel Foucault permite a compreensão da subjetividade como uma produção histórica, política e social, em contraposição à concepção de um "sujeito psicológico" naturalmente constituído.

Ainda no bojo da reflexão sobre os processos de subjetivação, consideram-se também as análises de Feliciano e Peixoto (2019), que destacam a ênfase no individualismo, no narcisismo e na busca pelo reconhecimento social como características prevalentes na sociedade contemporânea. Esses novos modos de subjetivação influenciam diretamente as relações interpessoais e podem levar ao adoecimento psíquico.

Na sequência, as contribuições de Dejours (2012) sobre a psicodinâmica do trabalho são apresentadas, na medida em que enfatizam a relação entre o engajamento emocional dos trabalhadores e sua saúde mental. Analisando, à luz do pensamento de Christophe Dejours, um dispositivo legal da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, aponta-se a avaliação individualizada do desempenho e as novas formas de organização do trabalho como possíveis eliciadoras da competição, da solidão e do adoecimento psíquico dos docentes.

Ante o exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as causas e os impactos do sofrimento dos professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Quanto aos objetivos específicos, visa-se analisar as relações de poder e controle presentes no ambiente escolar da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, à luz da teoria de Michel Foucault; e investigar as pressões psicossociais, a organização do trabalho e os fatores que contribuem para o adoecimento psíquico dos professores, com base na psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours.

Por meio dessa investigação, espera-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelos professores no contexto educacional contemporâneo e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de promoção da saúde mental no ambiente escolar.



Escola moderna: instrumento emancipatório ou aparelho disciplinar?

Num primeiro momento, faz-se esclarecedor termos em conta que explodira, no século XVIII, um movimento denominado Iluminismo, que, acreditando que o desenvolvimento da razão humana significaria o progresso da humanidade, tinha como objetivo levar os homens à libertação dos vínculos cegos com a tradição, da ignorância, da superstição, do mito e da opressão. Nas palavras de Immanuel Kant, filósofo alemão expoente deste movimento, Iluminismo significa:

> [...] a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude*! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento [...](KANT, 1985, p. 100).

O século XVIII é o período em que emerge todo o conjunto de saberes que visam livrar os homens da autoridade da tradição; tendo em vista que "à razão opõe-se a tradição, que apresenta como verdadeiros os erros e os preconceitos e justos os privilégios e as injustiças, que têm as suas raízes no longínquo passado" (ABBAGNANO, 1969, p. 182). Vislumbrando atingir o progresso humano, por meio da emancipação esclarecida dos indivíduos, este movimento põe perante o tribunal da razão toda a gama de crenças ou aspirações que, até então, mantinham-se vigentes e legitimadas, por determinadas relações de saber-poder.

Relações estas que, segundo o Iluminismo, ao produzir os seus jogos de verdade, manteriam o homem num estado de ignorância e estagnação, numa minoridade intelectual em que o verdadeiro e o falso não se distinguiriam.

E assim como o falso das crenças deveria dar lugar às verdades da razão, torna-se desejável que a escola deixe de ser a instituição que inculca nos indivíduos a tradição e seu valor de verdade indiscutível e comece a ser um instrumento que auxilie os sujeitos a serem emancipados, a terem a capacidade de fazer bom uso da própria racionalidade, a se tornarem autônomos, enfim, a atingirem a maioridade intelectual.

Todavia, Foucault (2009) dá a ver que a escola moderna, apesar dos anseios iluministas de ser a instituição promotora do esclarecimento, em grande medida, efetivou-se como um aparelho que, principalmente e em primeiro lugar, objetiva práticas discursivas, que passam a se configurar como verdadeiras num cenário de saber-poder, e desde as quais os sujeitos deverão ser subjetivados como indivíduos desejáveis para aquelas mesmas relações de saber-poder que estão emergindo e se disseminando, não apenas na instância da escola, mas por todo o corpo social. Em outras palavras, o filósofo analisa "[...] a escola, entendida como uma maquinaria capaz de moldar nossas subjetividades para algumas formas muito particulares de viver socialmente o espaço e o tempo" (VEIGA-NETO, 2003, p. 107).

Para chegar a tal conclusão, Foucault (2009) localiza na educação escolarizada moderna as principais características do disciplinamento, que visa forjar indivíduos dóceis e úteis à sociedade burguesa e científica, eminentemente racionalista, que está surgindo. Tendo isso em vista, a escola moderna é, segundo a analítica de Foucault (2009), um mecanismo que, além de sequestrar os indivíduos desde cedo de sua rotina e colocá-los num espaço alheio a todos os outros, de tal modo que o disciplinamento não sofra interrupções, os distribui no espaço escolar, utilizando-se da técnica do enfileiramento.

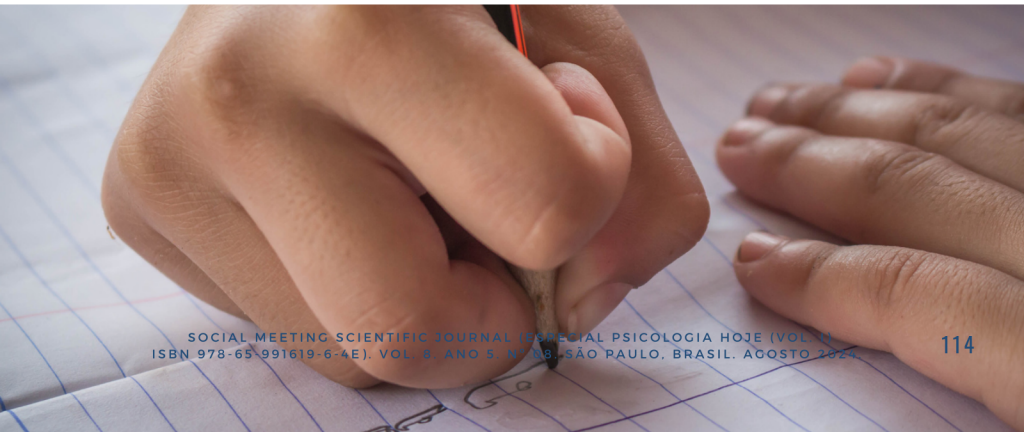
> A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente (FOUCAULT, 2009, p. 141).

Isto traz como novidade para o sistema escolar a possibilidade de todos os alunos terem atividades e serem observados concomitantemente, pois são classificados e agrupados segundo as aptidões que vêm demonstrando e, por isso, distribuídos funcionalmente por este dispositivo disciplinar. Interrompe-se, assim, o grande tempo de ociosidade que os indivíduos tinham no antigo aparelho educativo, no qual "[...] um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando [...]" (*Ibid.*, p. 142).

Ademais, a escola moderna é um dispositivo que estabelece minuciosamente o programa, a sucessão de instantes – e de atos a serem realizados em cada instante –, que compõe toda a duração do disciplinamento escolar dos sujeitos. Em outras palavras, este mecanismo controla e utiliza de maneira exaustiva cada momento do tempo dos alunos, de tal modo que a eficácia da ação pedagógica seja sempre crescente.

> No começo do século XIX, serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8h45 entrada do monitor; 8h52 chamada do monitor; 8h56 entrada das crianças e oração; 9 horas entrada nos bancos; 9h04 primeira lousa; 9h08 fim do ditado; 9h12 segunda lousa, etc. (2009, p. 145).

Mas, para que o tempo educativo seja ainda mais bem aproveitado, tal mecanismo estabelece uma sucessão de gestos e a relação que cada gesto deve ter para com todo o corpo e com o objeto, a fim de que nada fique ocioso durante o processo disciplinar. Exemplificando, a aula de caligrafia não estabelece somente como se deve desenhar a letra, mas como cada parte e todo o corpo devem ser investidos e treinados para tal atividade e como o lápis deve ser bem utilizado, de tal modo que o resultado seja uma boa e veloz caligrafia.



> [Deve-se] manter o corpo direito, um pouco voltado e solto do lado esquerdo, e algo inclinado para a frente, de maneira que, estando o cotovelo pousado na mesa, o queixo possa ser apoiado na mão, a menos que o alcance da vista não o permita; a perna esquerda deve ficar um pouco mais avançada que a direita, sob a mesa. Deve-se deixar uma distância de dois dedos entre o corpo e a mesa; pois não só se escreve com mais rapidez, mas nada é mais nocivo à saúde que contrair o hábito de apoiar o estômago contra a mesa; a parte do braço esquerdo, do cotovelo até à mão, deve ser colocada sobre a mesa. O braço direito deve estar afastado do corpo cerca de três dedos, e sair aproximadamente cinco dedos da mesa, sobre a qual deve apoiar ligeiramente. O mestre ensinará aos escolares a postura que estes devem manter ao escrever, e a corrigirá seja por sinal seja de outra maneira, quando dela se afastarem.
> (LA SALLE *apud* FOUCAULT, 2009, p. 147).

Ainda no que se refere ao tempo do disciplinamento escolar do sujeito, toda a duração é dividida em diversas séries, que são organizadas segundo a lógica da complexidade crescente; sendo que, para que cada aluno passe de uma série à outra, é necessário ser aprovado num exame que, além de verificar a normalidade do indivíduo, localiza suas peculiaridades, com a finalidade de investi-las em segmentos ainda mais específicos. Caso o aluno não seja aprovado em determinado estágio, não poderá caminhar para o seguinte, devendo antes ser normalizado, tornado o mesmo que os demais.

> Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica – especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries (FOUCAULT, 2009, p. 153).

Exemplificando: durante o tempo de alfabetização, o aluno deve primeiro tomar conhecimento das letras, na sequência aprender a soletrar, a formar sílabas, a compor palavras, a montar frases e assim sucessivamente. O sujeito só deve ser admitido para a série seguinte (sendo mais complexa do que a atual), quando comprovar seu aprendizado por meio de um exame; bem como, deve ser colocado, paralelamente, em uma sequência de segmentos específicos, segundo as aptidões peculiares que vem evidenciando (saber soletrar sílabas mais difíceis, por exemplo).

Essa seriação da duração escolar traz como possibilidade um controle detalhado do indivíduo, tendo em vista que torna possíveis as intervenções pontuais sobre ele a cada instante do tempo (diferenciando-o, sancionando-o, recompensando-o e excluindo-o, por exemplo); permite utilizar o sujeito segundo o nível do segmento em que está colocado; enfim, possibilita uma ampliação da qualidade e da rapidez na realização da atividade estipulada e, portanto, utiliza o tempo do aluno de maneira cada vez mais eficaz.

Não bastasse, Foucault (2009) dá a ver que “a escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino” (Ibid., p. 159). Isto significa dizer que a escola moderna, como uma boa maquinaria disciplinar, articula o sujeito como uma eficaz engrenagem deste dispositivo, de tal modo que o indivíduo esteja ou aprendendo, ou fiscalizando, ou ensinando, *i.e*, esteja combinando o seu instante ao instante dos demais, com a finalidade de manter o bom andamento do disciplinamento.

Todavia, para que tais injunções (ensino-aprendizagem, por exemplo) sejam realizadas com eficiência, o aparelho escolar forja ordens claras e precisas a serem conhecidas e obedecidas pelos alunos, sem a necessidade de nenhuma explicação, mas de reação imediata. Ou seja, a escola estabelece e divulga um cânone de códigos e sinais, sendo que os alunos têm a obrigação de aprendê-los e, imediatamente após as suas emissões, reagir conforme o esperado.

> Entrem em seus bancos. À palavra Entrem, as crianças colocam com ruído a mão direita sobre a mesa e ao mesmo tempo passam a perna para dentro do banco; às palavras em seus bancos, eles passam a outra perna e se sentam diante das lousas... Pegar-lousas, à palavra pegar, as crianças levam a mão direita ao barbante que serve para suspender a lousa ao prego que está diante deles, e com a esquerda pegam a lousa pelo meio; à palavra lousas, eles a soltam e a colocam sobre a mesa (TRONCHOT apud FOUCAULT, 2009, p. 161).

Foucault (2009) observa, ainda, que a escola moderna estabelece uma vigilância hierárquica e ininterrupta – na qual até mesmo os fiscais são observados por seus superiores (professores por coordenadores pedagógicos e estes pelo diretor, por exemplo), produzindo-se, assim, uma vigilância sem lacunas –, com o objetivo de estabelecer uma análise infinitesimal sobre o comportamento do sujeito, obrigando-o, pelo jogo do olhar, a agir adequadamente segundo o que está objetivado pelas relações de saber-poder circulantes. É esclarecedor ressaltar que a vigilância hierarquizada é inerente ao próprio dispositivo escolar, não pesando sobre este como uma massa inerte às atividades disciplinares. Nas palavras do próprio filósofo, "uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência" (FOUCAULT, 2009, p. 170).

Outrossim, o mecanismo escolar organiza sua própria "infrapenalidade", estabelecendo um regulamento que normatiza o sujeito desejável ao disciplinamento e, consequentemente, corrigindo os comportamentos do indivíduo que não estão de acordo com as regras estipuladas; ou seja, "[...] a 'falta' do aluno [– e é isto que tem que ser corrigido –] é [...] uma inaptidão a cumprir suas tarefas". (*Ibid.*, p. 172). Essa "infrapenalidade" não tem como principal objetivo sancionar as inobservâncias do aluno, rebaixando-o, mas recompensar as suas qualidades exteriorizadas, promovendo-o, de tal modo que ele se sinta estimulado a progredir cada vez mais e que os outros alunos se entusiasmem pelo seu exemplo. Isto é,

o professor "[...] deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados com os diligentes que pelo receio dos castigos [...]". (DEMIA *apud* FOUCAULT, 2009, p. 173). Logo, apesar desse jogo de sanção-gratificação hierarquizar os alunos, classificando-os entre "bons" e "maus", seu principal objetivo é normalizar todos os sujeitos, colocá-los em consonância com o que está posto, pelas relações de saber-poder, como desejável.

Além disso, Foucault (2009) localiza na escola moderna outra grande característica do dispositivo disciplinar, que é o exame, cujos objetivos são os de, segundo o que está objetivado, aprovar o aluno para o próximo nível (ou reprová-lo a fim de normalizá-lo) e localizar suas peculiaridades para investi-las minuciosamente. Paritariamente, "[...] o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre" (FOUCAULT, 2009, p. 179). Ou seja, ao mesmo tempo em que averigua se o sujeito atingiu o conhecimento mínimo exigido em determinado segmento, o exame, com seu rebuscado sistema de escrituração, deixa, não só para o professor, mas para todo o aparelho escolar, uma série de registros minuciosos sobre cada aluno, possibilitando, assim, o surgimento e o aperfeiçoamento de saberes sobre as práticas educativas – e que as sustentam. Portanto, "a escola torna-se o local de elaboração da pedagogia" (Ibid., p. 179).

Não bastando reunir as grandes características do mecanismo disciplinar, o aparelho escolar as difunde discretamente por toda a sociedade, produzindo docilidade e utilidade não só sobre os alunos, mas também sobre as pessoas que com eles convivem. Portanto, a escola moderna, segundo a analítica de Foucault (2009), realiza o disciplinamento dos indivíduos de uma forma bastante eficaz, pois, absorvendo para si a discrição e a mobilidade do panoptismo, dissemina as relações de saber-poder disciplinares por toda a malha social.

> A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar [...] se estão decididos a arrancar os vícios das crianças [...]. (*Ibid.*, p. 200).

Diante de todo o exposto, verifica-se que, segundo o filósofo, a escola moderna não tem como principal objetivo promover a emancipação dos sujeitos, a superação da minoridade intelectual dos alunos. Pelo contrário, a escola, apesar de todos os anseios iluministas, foi forjada pela modernidade como um aparelho de difusão das relações de saber-poder disciplinares, como um dispositivo produtor de individualidades dóceis e úteis à sociedade, que desde lá estava surgindo e que efetivamente se instalou nos séculos XIX e XX.

Ainda mais, de todas as "[...] instituições [disciplinares], a escola [...] é aquela que se estende - ou a que deve se estender, é o que se espera - mais ampla e duradouramente

a todos os indivíduos dessa sociedade que quer ser civilizada" "(VEIGA-NETO, 2003, p. 105). Isto porque o aparelho escolar é o dispositivo disciplinar responsável por sequestrar o indivíduo desde criança e adestrá-lo ao tipo de sujeito desejável, bem como, verificar se as pessoas de seu convívio precisam ser reeducadas.

Todavia, "à espera daqueles sobre os quais ela não produziu os efeitos desejados - seja porque resistiram a ela, seja porque ela não foi eficiente, seja porque nem mesmo a ela chegaram -, estão o manicômio, a prisão, o quartel" (Ibid., p. 2-3). Em outras palavras, o mecanismo escolar é apenas um – e talvez o principal – aparelho de disciplinamento, tendo em vista que, caso o indivíduo insista em não se coadunar com aquilo que está sendo objetivado como desejável para seu processo de subjetivação, há várias microfísicas disciplinares espalhadas por toda a malha social com a função de normalizá-lo. Se mesmo assim insistir, seja por resistência ou por falência, em não ser um sujeito dócil e útil, ficará à margem da sociedade por toda a vida.

Pelo exposto, é visível que, segundo a analítica de Foucault (2009), a escola moderna foi consolidada menos como um instrumento promotor da maioridade intelectual dos indivíduos e mais como um mecanismo eficaz na produção

de subjetividades dóceis e úteis à sociedade moderna, na disseminação das relações de saber-poder disciplinares e no forjamento e aperfeiçoamento da Pedagogia. Não é um descuido afirmarmos que, apesar do vasto repertório teórico crítico desenvolvido contemporaneamente no campo da educação – principalmente a partir das reflexões foucaultianas –, as atuais práticas pedagógicas fazem com que a escola continue sendo, em grande medida, um aparelho disciplinar, na medida em que, dentre outras características, seccionam toda a duração escolar, fazem com que a sequência dos segmentos se dê pela crescente complexidade, estabelecem notas, organizam turmas de reforço, reprovam os que estão abaixo da média e mantêm uma equipe hierarquizada.

A construção da subjetividade e o adoecimento psíquico do docente da rede pública do Estado de São Paulo.

O estudo da subjetividade tem sido um ponto central na história da psicologia, dando a ver não apenas a evolução das teorias e práticas psicológicas, mas também a complexidade da própria condição humana. Nesse sentido, Prado Filho e Martins (2007) lançam luz sobre essa trajetória, propondo uma digressão histórica acerca de como as diferentes psicologias constituíram a subjetividade como objeto de estudo e intervenção e tratando de psicologias de cunho crítico, nascidas no final do século XX, que passam a compreender a subjetividade como resultante de processos de subjetivação, nos quais discursos e práticas de poder estão imbricados na produção dos sujeitos.

A convergência dessas psicologias críticas com as ideias de Michel Foucault destaca a subjetividade como produção histórica, política e social. Ou seja, no lugar de um "sujeito psicológico" naturalmente constituído na interioridade do indivíduo, passa-se a analisar os processos de objetivação de discursos e as correspondentes práticas de poder voltadas à subjetivação.

Ora, tal discussão se revela imprescindível, na medida em que, de acordo com Prado Filho e Martins (2007), compete às psicologias se alicerçarem em uma posição política, tendo uma atuação comprometida com a singularização, a resistência aos modos de subjetivação que assujeitam as pessoas e a promoção de novas estéticas da existência.

> Torna-se importante destacar nesta finalização que o saber psicológico é bastante político, presta-se a uma aplicação política e implica fortes decorrências políticas, até porque contemporaneamente os poderes encontram-se bastante sutilizados, aplicando uma instrumentalização psicológica (PRADO FILHO; MARTINS, 2007, p. 18).

Tendo isso em vista, há que se considerar que as psicologias, ao investigarem os discursos e práticas implicados na educação escolarizada, não podem se furtar de compromissos políticos, pois, caso o façam, correm o risco de se tornarem inócuas – ou até mesmo nocivas – no enfretamento de possíveis processos de adoecimento psíquico que se consolidam nos ambientes escolares. Isto porque a noção de um "sujeito psicológico" desconsidera as condições histórico-sociais que relegam os sujeitos a determinadas potencialidades e fragilidades.

Ademais, Crochík (1998) sublinha que a cultura desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, permitindo a sua adaptação e posterior diferenciação em relação ao meio. Não obstante, em contextos socioculturais predominantemente marcados pelo descompromisso com as liberdades individuais, o processo de adaptação se torna ameaçador e gera sofrimento, além dos consequentes prejuízos no processo de diferenciação.

> Neste sentido, só uma cultura que tenha como fins a felicidade e a liberdade individuais é que pode suscitar a crítica a si própria, ou seja, a contínua autorreflexão. Por outro lado, quando a cultura se presta a ser um fim em si mesma, separada dos indivíduos, passa a ser tão ameaçadora quanto a natureza que pretendeu enfrentar, devido ao seu caráter de exterioridade, que impede que aqueles nela se reconheçam (CROCHÍK, 1998, n. p.).

O autor, embasado em conceitos desenvolvidos pelos filósofos da Escola de Frankfurt que, por se vez, inspiraram-se nas ideias de Karl Marx, dá a ver como o projeto histórico da subjetividade é marcado pela ideologia. O referido arcabouço teórico conceitua ideologia como um mascaramento da realidade, uma dissimulação que atua no sentido de perpetuar a sociedade vigente e resulta em mal-estar. A psicologia atua em consonância com a ideologia quando desconsidera os determinantes sociais implicados nos processos de subjetivação e localiza exclusivamente no indivíduo a gênese do seu sofrimento, buscando adequá-lo por meio dos tratamentos disponíveis. Criticando a tendência ideológica da psicologia, que muitas vezes contribui para a alienação dos indivíduos, o autor defende a necessidade de uma abordagem crítica que considere o sofrimento em decorrência dos conflitos sociais.

Ao abordar configurações escolares que promovem a alienação em vez da individuação, Crochík (1998) destaca o papel crucial da indústria cultural na disseminação da ideologia burguesa, na medida em que é caracterizada pela "transmissão empobrecida de uma realidade empobrecida".

> Uma outra tendência na educação, que se dirige à facilitação do aprendizado, pela redução do conteúdo à suposta capacidade de adequação do saber a cada faixa etária ou nível cultural do ouvinte, também reduz o espaço entre o objeto a ser apreendido e o sujeito. Este último é negado *a priori*. A perda desta distância produz, também de uma forma aparente, o imediato, ou seja, a impressão de que o mundo não oferece resistências para ser apreendido, quando foi nesta própria resistência que o sujeito do saber pôde ser desenvolvido. Dessa maneira, a escola aprende pelo aluno; na perspectiva que facilita o desenvolvimento de capacidades cognitivas, finge-se que o aluno aprende por si mesmo (CROCHÍK, 1998, n.p.).

Ora, a primeira geração de filósofos da Escola de Frankfurt culminou em um pessimismo quanto às possibilidades de resistência à alienação decorrente da dissimulação ideológica da realidade, principalmente por conta do alcance dos produtos massificados pela indústria cultural e disseminados pelos meios de comunicação. Sendo assim, as reflexões de Crochík (1998) são fundamentais para esta pesquisa por despertar a provocação: de que modo a psicologia pode contribuir com resistências microfísicas? Talvez um caminho esteja em rever a perspectiva de que ao psicólogo cabe a intervenção normalizadora sobre os inadequados e consolidar uma atuação que possibilite a construção de linhas de fuga em existências ancoradas no mal-estar da civilização, em especial nas existências dos sujeitos que constituem o público-alvo desta pesquisa: os docentes da rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Não bastasse, Feliciano e Peixoto (2019) analisam a transição da modernidade para a pós-modernidade, a constituição subjetiva e as relações na sociedade atual, além dos sintomas e possíveis patologias que surgem dos novos modos de relacionamento na pós-modernidade.

Segundo as autoras, os indivíduos contemporâneos vivem em uma sociedade onde as relações sociais passaram por transformações significativas. As pessoas tornaram-se mais narcisistas, preocupadas consigo mesmas e buscando a mera contemplação do espetáculo de suas próprias conquistas pessoais pelos outros. Esses modos de subjetividade são caracterizados por egocentrismo e exibicionismo.

Feliciano e Peixoto (2019) apontam a pós-modernidade como uma época na qual os sujeitos se sentem solitários e desamparados, considerando-se os únicos responsáveis por seu sucesso ou fracasso. A busca por reconhecimento social e o distanciamento de si mesmos podem levar a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e vícios. A exaltação do eu e a fragilidade das relações interpessoais resultam em um sentimento de solidão, causado por um vazio interior e falta de sentido na vida.

> Em consequência a esses novos modos de subjetivação, os sujeitos estão mais solitários e desamparados, se sentindo como únicos responsáveis pelo seu êxito ou seu fracasso, buscando sobreviver em uma sociedade desafiadora e em constante mudança. (FELICIANO; PEIXOTO, 2019, p. 75)

Sobre esse aspecto, Aimi e Monteiro (2022), que realizaram uma pesquisa narrativa acerca do processo de produção de sentidos e significados sobre as experiências docentes, constataram que "a solidão foi um dos sentimentos que mais apareceu nas narrativas dos professores" (p. 514), evidenciando que o público-alvo da presente pesquisa não escapa ileso aos impactos da pós-modernidade.

Com o intuito de analisar mais detidamente o adoecimento psíquico experimentado pelos trabalhadores (em especial, aqueles que constituem o público-alvo desta pesquisa), há que se considerar também as contribuições de Dejours (2012), na medida em que o autor indica "a evidência de um desnível inevitável entre o trabalho prescrito ao trabalhador e o trabalho efetivo realizado por ele" (2012, p. 364). Em outras palavras, os trabalhadores não se limitam simplesmente a seguir as ordens recebidas, mas frequentemente reajustam e transformam essas prescrições de acordo com as demandas da situação. Mesmo em tarefas consideradas elementares, os trabalhadores tendem a sabotar as prescrições para alcançar um resultado satisfatório em seu trabalho.

Nota-se, pois, que o trabalho vai além do que é prescrito, exigindo constantes adaptações por parte dos trabalhadores para que funcione de maneira eficaz.

Dejours (2012) denomina esse acréscimo que o trabalhador realiza em relação à prescrição de zelo e o aponta como constitutivo do trabalho vivo, como condição *sine qua non* para o funcionamento de qualquer organização. Entretanto, indaga: "o que é preciso acrescentar às prescrições para que isso funcione? Nunca sabemos previamente e, além disso, é preciso inventar" (DEJOURS, 2012, p. 364).

O autor afirma que o adoecimento psíquico surge quando, apesar do empenho, o trabalhador se percebe incapaz de lidar com as demandas de sua função, enquanto o prazer é alcançado quando ele consegue encontrar soluções eficazes para os desafios apresentados. Tendo isso em vista, Dejours (2012) aponta que "para tornar-se hábil (no trabalho) é preciso fazer-se habitar pela experiência do real e do fracasso, experienciar o sofrimento até não poder dormir à noite, até envenenar as relações no espaço doméstico, até sonhar com essa experiência" (p. 364).

Conforme Dejours (2012), o zelo no trabalho não é um fenômeno neutro em relação ao eu e à saúde mental do trabalhador. Enquanto pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades e até mesmo para a construção de uma boa saúde mental em certos casos, também pode levar ao surgimento de doenças mentais em situações adversas. Assim, o engajamento emocional e a relação com o trabalho desempenham um papel crucial na compreensão da saúde psíquica dos trabalhadores. No bojo dessas reflexões, o presente texto decorre de uma pesquisa que objetiva investigar as causas e os impactos do adoecimento psíquico dos professores da rede pública de

ensino do Estado de São Paulo. Isto porque as atuais normativas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo têm intensificado a lógica analisada cuidadosamente por Michel Foucault de vigilância e punição, conforme se poder verificar nos seguintes trechos da Resolução SEDUC 4, de 19 de janeiro de 2024:

> Artigo 2º – A avaliação de Desempenho será constituída pelos seguintes indicadores:
> I – Frequência escolar;
> II – Participação nas avaliações bimestrais;
> III – Uso das plataformas digitais;
> IV – Índice de vulnerabilidade da unidade escolar.
>
> Artigo 3º – Para fins de classificação na Avaliação de Desempenho dos Diretores Escolares/Diretores de Escola, será utilizada a Nota Final, disponibilizada em painel de dados de avaliação educacional.
> §1º O resultado da avaliação será aferido bimestralmente pelas Diretorias de Ensino, utilizando como critério a análise quantitativa dos indicadores disponibilizados em painel de dados de avaliação educacional.
> §2º – O resultado da avaliação poderá ser:
> 1 – Insatisfatório para Nota Final igual ou inferior a 5,0;
> 2 – Regular para Nota Final maior que 5,0 e inferior e igual a 7,0 e
> 3 – Satisfatório com Nota Final maior que de 7,0 e inferior e igual a 9,0; e
> 4 – Excelente com Nota Final acima de 9,0.
> [...]
>
> Artigo 5º – O titular de cargo de Diretor de Escola ou Diretor Escolar, que atingir o grau Insatisfatório na avaliação bimestral, estará sujeito aos seguintes procedimentos:
> I – remoção para outra unidade escolar ou sede da diretoria de ensino ou órgão central, a critério da administração;
> II – designação para exercício de funções inerentes ou correlatas ao seu cargo de origem;
> III – submissão a curso de capacitação.
> [...]
>
> Artigo 6º – O docente designado na função de Diretor de Escola/Diretor Escolar, que atingir grau insatisfatório na avaliação bimestral, poderá ter a designação correspondente cessada e deverá retornar à unidade de classificação de origem (SÃO PAULO, 2024).

Ora, tal aferição de desempenho do diretor de escola tem se consolidado por meio de uma ferramenta *Business Intelligence* (BI) que identifica, em tempo real, a utilização de plataformas educacionais (Alura, Redação Paulista, Tarefa SP, Khan Academy, Matific, Leia SP e Me Salva!) por parte de professores e estudantes, percentual de presença dos alunos e Apoio Presencial (acompanhamento das aulas dos docentes) realizado pelos integrantes da equipe gestora. Os elementos monitorados são convertidos em escala de zero a dez, de modo que os resultados aferidos podem gerar as consequências estabelecidas pelo dispositivo legal supramencionado. Cabe, aqui, apontar mais uma provocação tecida por Dejours (2012):

> A análise detalhada do encadeamento da evolução do mundo do trabalho que estamos vendo mostra que o elemento determinante é constituído por uma nova técnica de dominação, a saber: a avaliação individualizada e quantitativa do desempenho. Esse método, que indiquei acima, não somente repousa sobre bases científicas incorretas, fáceis de recusar, mas ela está diretamente implicada na destruição das solidariedades. Sob o abrigo dos contratos objetivos, de normas de qualidade total, e de relações de atividades, o trabalho coletivo se desfaz. (DEJOURS, 2012, p. 370)

O autor afirma que os novos métodos de organização do trabalho, como a avaliação individualizada do desempenho, aumentam a competição entre os funcionários e promovem uma cultura de deslealdade e medo. A solidariedade e a cooperação desaparecem, dando lugar à solidão e à desolação entre os trabalhadores. Para manter seu reconhecimento e benefícios, os funcionários são pressionados a participar de práticas antiéticas, o que os leva a uma sensação de traição de si mesmos.

Por fim, de acordo com Dejours (2012), "ou o trabalho, por meio da atividade ontológica, funciona como meio possante de criar de transmitir novos laços sociais de cooperação, ou ele destrói os laços sociais e provoca a desolação" (p. 370). E é exatamente no sentido de provocar quanto à necessidade de construção de linhas de fuga direcionadas à primeira possibilidade apontada por Dejours que se ancora a relevância desta pesquisa.

Considerações finais

Como as dinâmicas de poder, controle e normatização contribuem para o sofrimento dos professores que atuam da rede pública de ensino do Estado de São Paulo? Foi com o objetivo de responder a esta pergunta que este trabalho chega à presente conclusão. Para tanto, analisou-se detidamente o dispositivo estratégico das relações de saber-poder disciplinares. Relações estas que, além de terem a possibilidade de surgimento nas características da modernidade, são sustentadas e disseminadas por todo o corpo social através do disciplinamento. Verificou-se, pois, que o dispositivo disciplinar visa, por meio de uma série de minuciosos investimentos sobre os corpos e os comportamentos dos indivíduos, produzir – e produz – subjetividades dóceis e úteis.

Foi diante deste cenário que se localizou a idealização feita pelo Iluminismo acerca da escola moderna, que almejava que esta instituição fosse um eficaz instrumento na emancipação intelectual dos indivíduos, de tal modo que, após – ou, até mesmo, durante – o processo educativo, o sujeito pudesse se valer de seu próprio entendimento sem a tutela de outrem. Não obstante tal idealização, deu-se a ver, em aliança à analítica de Foucault, que, ao se instaurar, a escola moderna reuniu mais as grandes características do disciplinamento do que o ideal emancipatório do Iluminismo.

A escola se efetivou, principalmente, como um mecanismo que sequestra os indivíduos desde cedo, para subjetiva-los – distribuindo-os no espaço, controlando suas atividades, dividindo e organizando toda a duração pedagógica, compondo as forças dos sujeitos, exercendo sobre eles uma vigilância hierarquizada e, quando preciso, uma sanção normalizadora e avaliando-os constantemente – ao estilo de vida disciplinar (docilidade-utilidade) e que, por isso, dissemina facilmente as relações de saber-poder disciplinares por toda a malha social. Observou-se, também, que o espaço escolar é propício para o surgimento e o aperfeiçoamento da Pedagogia, saber este que sustenta tal modo de investimento sobre os indivíduos.

Desse modo, identificou-se que a escola moderna se instaurou em grande medida como o principal dispositivo promotor dos jogos de verdade forjados pelas relações de saber-poder disciplinares presentes na modernidade, pelo fato de adestrar o indivíduo desde a sua idade mais tenra, sendo que, à espera daqueles aos quais tal instituição não conseguiu normalizar, há outros mecanismos disciplinares espalhados por toda a sociedade. Na sequência, contextualizou-se a construção histórica da subjetividade, ressaltando a influência das teorias psicológicas críticas, que destacam a subjetividade como uma produção histórica, política e social. Essa abordagem se mostra essencial para compreender os processos de subjetivação presentes na educação escolarizada, especialmente diante das transformações sociais e culturais da contemporaneidade.

As especificidades da pós-modernidade foram abordadas, com ênfase no aumento do narcisismo e da busca por reconhecimento social, fatores que podem contribuir para o adoecimento psíquico dos professores. A solidão e a pressão por sucesso individual foram apontadas como características marcantes desse contexto. Além disso, o texto discorreu sobre a análise de Dejours sobre a relação entre trabalho e saúde mental, evidenciando como a avaliação individualizada do desempenho pode contribuir para o aumento da competição e da desolação entre os trabalhadores. A pressão por resultados e a falta de solidariedade no ambiente de trabalho são identificadas como fatores que potencializam o adoecimento psíquico dos professores.

Por fim, cabe uma provocação a partir do texto de Orwell (2021):

> Em cada andar, diante da porta do elevador, o cartaz com o rosto enorme o observava da parede. Era uma dessas figuras ilustradas de modo a que os seus olhos nos acompanhem por toda parte. O Grande Irmão está observando você, dizia a legenda. (ORWEL, 2021, p. 12).

Na contramão da onisciência do Grande Irmão, que se "corporifica" nas escolas públicas da rede estadual de São Paulo pela *Business Intelligence*, tocando, normatizando, adestrando e subjetivando os corpos e mentes de gestores, docentes e discentes, esta pesquisa provoca sobre a premência da construção de estéticas existenciais autênticas e efetivamente comprometidas com a emancipação dos sujeitos e a qualidade das relações.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. História da filosofia. Lisboa: Presença, 1969. (Vol. VII)
- AIMI, D. R. S.; MONTEIRO, F. M. A. Desenvolvimento profissional de professores iniciantes: tensões experienciadas no contexto da escola pública. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 103, n. 264, p. 505–525, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ChhkpftT6hqbG6vvgKTWRhj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30/11/2023.
- CROCHÍK, José Leon. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. Psicologia USP, v. 9, p. 69-85, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/JP3db8Mz8btSBGRh4QXtscb/?lang=pt. Acesso em: 18/11/2023.

- DEJOURS, Christophe. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. Trad. Gustavo A. Ramos Mello Neto. Psicologia em Estudo, v. 17, n. 3, p. 363-371, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/ZCgmnvttLdFqdzFb3tdZ3zt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 07/04/2024.
- FELICIANO, P. L. Q.; PEIXOTO, L.C. A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura. Pretextos – revista da graduação em Psicologia da PUC Minas, v.4, n.8, p.61-77, 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18692/16137. Acesso em: 29/11/2023.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é esclarecimento? Textos seletos. 2. ed. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 24. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII – XXIII.
- ORWELL, George. 1984. Trad. Rafael Arrais. São Paulo: Faro Editorial, 2021.
- PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da (s) psicologia (s). Psicologia & Sociedade, v. 19, p. 14-19, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/abstract/?lang=pt. Acesso em 21/11/2023.
- SÃO PAULO. Resolução SEDUC 4, de 19 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/ Diretores de Escola e dá providências correlatas. São Paulo, SP: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2024.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 103-126.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Na Oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter; GONDRA, José (orgs.). Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.